

O PROBLEMA DO MAL NATURAL: BASES
EVOLUTIVAS DA PREVALÊNCIA DO DESVALOR
The Problem of Evil in Nature: Evolutionary Bases of
the Prevalence of Disvalue

*Oscar Horta*¹

Professor de Filosofia Moral da Universidade Santiago de Compostela.
E-mail: ohorta@dilemata.net

Recebido em 25.07.2015 | Aprovado em 27.08.2015

“Que livro poderia escrever um capelão do diabo sobre os trabalhos da natureza, torpes, devastadores, mal-feitos, baixos e horrivelmente cruéis!”²

RESUMO: Este artigo examina o problema do mal na natureza, isto é, a questão de qual é o desvalor presente nesta e se tal desvalor prevalece ou não sobre a felicidade existente nela. O artigo sustenta que este último é o caso. Essa é uma consequência dificilmente evitável da existência de um processo evolutivo em um contexto em que os recursos são escassos. Devido a isso, o sofrimento e a morte prematura são a norma na natureza. O número de indivíduos que vêm ao mundo apenas para morrer de forma dolorosa e em pouco tempo supera amplamente o daqueles que sobrevivem. Além disso, este artigo também defende que a ideia de que os interesses dos animais não humanos não tem que ser considerados como são os interesses dos seres humanos é especista e inaceitável, e que os animais não só têm um interesse em não sofrer, como também em não morrer. Diante de tudo isso, o artigo conclui que as coisas boas presentes na natureza são amplamente superadas pela imensa quantidade de desvalor que há nela, e que deveríamos intervir para reduzir esta quantidade de desvalor naqueles casos em que isso resulta possível.

PALAVRAS-CHAVE: antropocentrismo, dinâmica de populações, especismo, igualitarismo, intervencionismo

ABSTRACT: This paper examines the problem of evil in nature, that is, the issue of the disvalue present in nature, and the question of whether or not it prevails over happiness. The paper claims that disvalue actually outweighs happiness in nature. This is a hardly consequence of the existence of an evolutionary process in a context where resources are scarce. Because of this, suffering and early death are the norm in nature. The number of individuals who come into existence just to die in pain shortly after, vastly outweighs the number of those who survive. The paper also claims that the idea that the interests of nonhuman animals need not be considered in the same way as those of humans is speciesist and unacceptable, and that animals not only have an interest in not suffering, but also in not dying. In light of this, the paper concludes that the good things present in nature are vastly outweighed by the huge amount of disvalue that exists there, and that we should try to reduce such disvalue.

KEYWORDS: anthropocentrism, population dynamics, speciesism, egalitarianism, interventionism

SUMÁRIO: 1. No que consiste o problema do desvalor na natureza - 2. O desvalor padecido pelos animais na natureza - 3. O desvalor natural a partir da rejeição da agregação total - 4. A razão pela qual o desvalor excede enormemente o valor na natureza - 5. A desconsideração dos animais não-humanos - 6. O dano da morte - 7. Existe um valor nos processos naturais que eclipsa o desvalor natural? - 8. Conclusão: a questão da intervenção - 9. Notas de referencia

1. No que consiste o problema do desvalor na natureza

O problema do desvalor presente na natureza, e de sua prevalência sobre o valor contido nela, tem constituído uma das dimensões mais notáveis do tradicional problema do mal. Contudo, a relevância dessa questão segue permanecendo majoritariamente oculta. Isso se deve a que se entende comumente que a vida nos distintos espaços naturais é boa para os animais. Claro, a maioria de nós sabe perfeitamente que os animais pade-

cem de distintos danos na natureza, que os leva a sofrer, padecerem de mutilações e morrerem de forma muito prematura. No entanto, ainda que sejamos conscientes de que isso se sucede, tendemos a dar pouca importância.

Por uma parte, tendemos a pensar que estes não são mais do que episódios pontuais que podem se suceder nas vidas de alguns animais, dentro de um quadro geral no qual a vida prazerosa é a norma. Cremos que este é um preço perfeitamente admissível a ser pago em comparação com o bem que lhes proporciona a vida nos habitats naturais. Por outra parte, muitas vezes se entende tais danos como triviais mesmo quando seriam realmente trágicos se deles padecessem seres humanos, devido a que se assume que os animais não humanos não são moralmente consideráveis. Por sua vez, outra razão pela qual não se considera que tais danos sejam significativos radica frequentemente no atrativo ou agrado que nos pode produzir a contemplação da natureza e dos processos que se sucedem nela. E, finalmente, outro motivo do porquê se costuma menosprezar os danos padecidos pelos animais selvagens radica na ideia de que a natureza encarna alguns valores que se sobrepõem ao desvalor que esses animais possam sofrer.

Este artigo defenderá que essas ideias sobre o valor e desvalor presentes na natureza não correspondem à realidade. Nas seções 2, 3 e 4 se exporão as razões pelas quais, contrariamente ao que frequentemente se pensa, na natureza o sofrimento (junto com a morte prematura) se sobrepõe amplamente ao bem-estar. Nas seções 5 e 6, se apresentam uma série de argumentos em função dos quais devemos rejeitar as posições antropocêntricas que implicariam que o sofrimento dos animais não é algo digno de atenção moral. Esses argumentos também sustentam que nosso agrado na contemplação da natureza não constitui realmente uma razão para negar o desvalor presente nela, e sim que este é mais relevante que o dito agrado. Por sua vez, a seção 7 sustentará que devemos rejeitar a ideia de que os processos naturais encarnam certos valores tão significativos que tornam trivial o

desvalor padecido pelos animais não humanos. Finalmente, a seção 8 examinará as conclusões que podem derivar-se daqui no que toca às nossas razões para atuar.

2. O desvalor padecido pelos animais na natureza

Embora muitos vejam a natureza como um lugar paradisíaco, nela tem lugar uma imensa quantidade de desvalor. Há uma forma especialmente chamativa na qual este ocorre, que é a que possivelmente tem feito mais por despertar as inquietudes e as dúvidas sobre essa questão. Esta consiste no modo pelo qual os animais se agriem. Fundamentalmente, na predação e no parasitismo. É conhecido o modo pelo qual isso impactou a um dos primeiros que começaram a refletir sobre a questão do desvalor na natureza: Charles Darwin. Este considerou que a ideia de que vivemos em um mundo bom resulta dificilmente compatível com o fato de que na natureza existam animais não humanos que sofrem enormemente e morrem devido a agressões cuja ocorrência não é pontual, e sim cotidiana. Confessou assim, em 1860 (em carta a Asa Gray), o seguinte:

Não posso convencer-me de que um Deus beneficente e onipotente teria criado de forma premeditada os icneumonídeos com a intensão expressa de que se alimentassem dos corpos de lagartas vivas.³

No entanto seria enganoso pensar que estas são as únicas formas nas quais os animais são danados na natureza. Existem muitos outros modos nos quais isso ocorre. Os animais padecem de subnutrição e morrem de inanição, têm de aguentar terríveis enfermidades, passam frio, calor e outras inclemências climáticas, sofrem acidentes, etc.

Como indiquei no parágrafo anterior, a maioria poderia pensar que todos esses acontecimentos seriam exceções dentro da vida mais ou menos feliz dos animais. Contudo, essa ideia se contradiz com o fato de que existem animais que morrem jovens

como resultado de tais circunstâncias. Mais ainda, existem animais que morrem por tais circunstâncias depois de viverem vidas nas quais praticamente não puderam experimentar nenhum bem-estar, e sim um grande sofrimento. Em casos assim não se pode afirmar que os danos padecidos constituam episódios excepcionais na vida dos animais afetados. Não obstante, ainda poder-se-ia afirmar que tais danos seriam pontuais e secundários dentro de um marco geral no qual o bem-estar prevalece na natureza, devido a que apenas alguns animais os sofram.

O que se pode dizer diante disso? Como veremos mais adiante, temos razões para duvidar de que realmente estamos diante de casos meramente pontuais. Não obstante, antes de começar a considerar as razões pelas quais isso pode ser assim, é necessário ter também em conta que a avaliação que caberia fazer dessa questão ainda que estivéssemos verdadeiramente diante de casos pontuais não teria por que ser necessariamente positiva. Pelo contrário, dependerá da classe de posição que assumamos em teoria de valor e ética. Vejamos por que isso é assim.

3. O desvalor natural a partir da rejeição da agregação total

Existem certas concepções de valor para as quais quão boa ou ruim pode ser uma situação é algo que vêm dado por uma soma total do bem-estar e sofrimento que experimentam os distintos indivíduos presentes nela. Esse é o caso da teoria utilitarista. Assim, conforme a esta, se o montante total do sofrimento dos animais presente na natureza fosse menor (ou inclusive se fosse notavelmente menor) que o montante constituído pelo seu bem-estar total, isso daria, em conjunto, um saldo positivo. Não obstante, existe toda uma série de teorias de valor que vão rejeitar isso veementemente. O motivo radica na forma na qual estão distribuídos o bem-estar e o sofrimento em questão. Ainda quando, tomados ambos em conjunto, na natureza o bem-estar

superasse ao sofrimento, o problema aqui radica em que esse sofrimento e esse bem-estar não estão distribuídos de forma igualitária entre os distintos animais que existem nela. Pelo contrário, o que se sucede é que certos animais desfrutam de um certo bem-estar enquanto que outros padecem horivelmente. De fato, muitos têm vidas que não contém mais do que sofrimento. Isso faz com que, conforme toda uma série de posições, a enorme quantidade de sofrimento presente na natureza não possa ser compensada pela presença de bem-estar. Quais são tais posições? Todas aquelas segundo as quais a distribuição desigual de bem-estar e sofrimento é algo negativo. E também todas aquelas que considerem que um estado de coisas não pode ser bom se nele existem indivíduos cujas vidas não superam um certo mínimo para poder ser consideradas positivas. (Isso sucederia quando tais vidas contém um sofrimento tão enorme que o bem-estar que possa haver nelas – se é que há algum – não o compensa – isto é, não compensa *ao próprio indivíduo*).⁴

Há também outras teorias que defendem que o valor positivo, se verdadeiramente existe, não pode nunca compensar a existência de desvalor. Isso é o que argumentam as teorias consequencialistas negativas. Outras teorias não consequencialistas, como algumas teorias deontológicas, também podem assumir essa teoria do valor. Para todas estas teorias o desvalor que existe na natureza não pode ser compensado de nenhuma maneira.⁵

Essa pontualização é importante porque nos mostra que inclusive ainda que os casos nos quais os animais selvagens sofrem vidas terríveis fossem escassos, haveria todavia pontos de vista que concluiriam que isso despeja um saldo negativo em relação ao valor e desvalor na natureza. Esse é o caso das teorias de inspiração igualitarista.

Permaneceria aberta a questão de que posição manteriam ante esse problema outras teorias diferentes, como as utilitaristas, que assumem posições agregacionistas segundo as quais o dano sofrido por uns pode ser compensado pelos benefícios a

outros. Poderíamos pensar que essas teorias emitiriam um juízo mais favorável frente à natureza. Veremos na continuação que, no entanto, quem sustenta um ponto de vista desse tipo também vai concluir o mesmo que os defensores de posturas igualitaristas. O motivo disso radica em que praticamente a totalidade dos animais que vêm ao mundo têm vidas muito ruins.

Desse modo, não será necessário entrar no debate entre as distintas concepções para levar a cabo uma avaliação global negativa sobre a proporção do desvalor existente na natureza. Quem aceita um ponto de vista agregativo como aquele próprio do utilitarismo vai ter que chegar a uma conclusão semelhante àquela que assumirão quem considera que o tormento até a morte de uma minoria não pode ver-se compensado por benefícios desfrutados por outros.

4. A razão pela qual o desvalor excede enormemente o valor na natureza

À luz do que vimos nos parágrafos anteriores, a pergunta que surge é: como podemos avaliar se na natureza o sofrimento prevalece sobre o bem-estar ou se ocorre o inverso? Em *Parerga e Paralipomena* Schopenhauer ofereceu uma resposta simples a essa questão contudo não totalmente equivocada, indicando:

Se querem em um abrir e fechar de olhos... saber se o prazer prevalece sobre o sofrimento, ou somente se são iguais, comparem a experiência do animal que devora outro com a experiência daquele que é devorado.⁶

O critério que endereça aqui Schopenhauer não é certamente muito rigoroso, pois na natureza existem outras fontes de desfrute e sofrimento diferentes, respectivamente, da alimentação e de ser predado. Não obstante, guarda uma certa verdade. O motivo é que um fator chave que determina a resposta que tenha que se dar realmente a essa questão é a disponibilidade de

recursos para se poder viver. Em função de qual seja tal disponibilidade, assim como a distribuição de tais recursos, assim será o balanço entre bem-estar e sofrimento (considerando, claro está, que estas são ferramentas para a auto-regulação da homeostase dos organismos que funcionam motivando-se negativa e positivamente de forma estreitamente ligada à disposição ou ausência de tais recursos).

Lamentavelmente, como Schopenhauer já parece vir a assumir nessa passagem, tal balanço acaba por resultar negativo. O motivo último pelo qual isso é assim depende de duas circunstâncias. A primeira consiste em que tais recursos são, efetivamente, limitados. A segunda, radica na existência de um processo evolutivo que favorece que existam organismos cujos comportamentos tendem a maximizar a transmissão de sua informação genética. Essas duas circunstâncias juntas fazem com que venham ao mundo muitos seres para os quais não vão haver recursos suficientes. E que, além disso, em muitos casos os mesmos seres sejam utilizados como recursos por outros.

Isso é o que se sucede, claro está, quando existem animais que morrem de inanição ou que são devorados por outros. As duas condições acima expostas fazem com que isso ocorra de forma habitual. A maximização da transmissão do material genético implica, na grande maioria dos casos, um processo que, por sua vez, maximiza também o desvalor. O motivo pelo qual isso é assim consiste em que a estratégia majoritária para a reprodução na natureza tende a maximizar o número de seres sencientes que são efetivamente devorados ou que morrem de fome.⁷ Tal processo pode ser explicado em dinâmica de populações como se segue.

Para que uma população continue existindo ao longo do tempo, é necessário garantir que o número suficiente de animais da nova geração sobreviva. Para que se mantenha em números estáveis, é necessário que, em média, sobreviva um número de indivíduos equivalente ao da geração anterior. E, para que isso seja assim entram em jogo as possíveis estratégias reprodutivas

que podem ser seguidas (cuja adoção, claro, não é eleita como tal pelos animais, e sim que é resultado dos dois fatores acima indicados). Pode-se destacar fundamentalmente duas destas:

(i) A primeira consiste em maximizar as possibilidades de sobrevivência dos animais de tal população que veem ao mundo. Isso implica que os progenitores prestem os cuidados necessários a suas crias. Isso é possível especialmente quando tais atenções podem ser focadas em um único filho ou filha, ou em um grupo muito reduzido de filhos. Essa estratégia tem sido tradicionalmente conhecida em biologia de populações como seleção *K*, ainda que na atualidade o uso deste termo seja menor.

(ii) A segunda consiste em maximizar o número de animais de tal população que vêm ao mundo. Isto implica que cada vez que um animal se reproduz, tenha um enorme número de descendentes. O que, por sua vez, impede que seus progenitores possam prestar-lhes os cuidados que poderiam proporcionar-lhes se tivessem trazido ao mundo um único filho ou filha. Essa estratégia reprodutiva tem sido denominada tradicionalmente como seleção *r*.⁸

Como se pode compreender a luz de tudo isso, os animais que seguem essa segunda estratégia reprodutiva têm uma taxa de sobrevivência mínima. Ao nascerem tantos indivíduos, os recursos disponíveis para que cada um deles possa sobreviver se vêem reduzidos. E, além disso, a maximização do número de descendentes impede de se empregar amplos recursos para maximizar as probabilidades de sobrevivência destes.

Se todos os animais existentes, ao menos a maioria deles, se guiassem pela estratégia que consiste em maximizar as probabilidades de sobrevivência de suas crias, o desvalor existente na natureza seria relativamente reduzido. Sucede, contudo, que os animais que seguem tal estratégia reprodutiva terão de ter uma conduta muito complexa, resultado de um processo evolutivo longo e complexo. E, além disso, as populações destes animais são muito sensíveis a mudanças notáveis em seu habitat. Tratam-se muitas vezes, ainda que não sempre, de animais especialistas, que prosperam em condições ambientais muito específicas.

Esses requerimentos são muito restritivos, o que favorece que a estratégia tradicionalmente conhecida como seleção *r* predomine amplamente na natureza. Assim, a imensa maioria, de fato quase a totalidade dos animais que existem no planeta, procriam conforme os ditames desta estratégia reprodutiva. Unicamente alguns animais, como acontece por exemplo no caso de certos mamíferos e aves, se reproduzem tendo unicamente uma cria ou ovo de cada vez. Outros adotam estratégias reprodutivas que combinam ambas opções, tendo várias crias as quais proporcionam certos cuidados. Contudo, a grande maioria dos animais existentes na natureza reproduz-se mediante enormes postas de ovos (muitas vezes de milhares ou dezenas de milhares; em outros casos, de milhões deles).⁹

O que isso significa é que dispara o número de animais que vêm ao mundo para morrer pouco depois. Em média, considerando um contexto em que, ao menos a médio prazo, as populações permanecem estáveis, para cada animal que se reproduz somente sobrevive uma cria (do contrário, a população destes animais dispararia imediatamente, em muitos casos em uma única geração). De maneira que, obviamente, todos os demais morrem. Grande parte deles, de fato, o faz pouco depois de ter começado a existir.

Tais mortes não são, muito menos, indolores. Pelo contrário, esses animais morrem de fome, devorados por outros animais, e de outras formas que implicam de forma geral um enorme sofrimento. O que isso significa é que um imenso número destes animais vem ao mundo unicamente para sofrer. Suas vidas não contém praticamente nenhum desfrute, posto que morrem não muito depois de nascer. E, em troca, contém um notável sofrimento: o da morte dolorosa que padecem. São vidas, portanto, nas quais o desvalor supera o valor. Vidas das quais teria sido melhor para eles verem-se livres, que lhes tem ocasionado mais mal do que bem, ou, inclusive, que lhes tem ocasionado um grande mal e nenhum bem.

Isso é algo que deve sacudir vigorosamente qualquer suposição acrítica que pudéssemos ter sobre o valor presente nos espaços naturais. Consideremos em toda sua dimensão que é o que ocorre. Vimos desde o início desse artigo que os animais sofrem distintos danos. E também que estes não constituem unicamente episódios pontuais nas vidas dos animais: pelo contrário, existem animais que morrem como consequência deles, e que, mais ainda, não conseguem gozar de nenhum desfrute em suas vidas. Mas não apenas isto: vimos, além disso, que os animais que padecem de tal sorte não são uma minoria. Pelo contrário, são uma esmagadora maioria; de fato, constituem quase a totalidade dos animais que veem ao mundo. O motivo disso é duplo. Por uma parte, é a sorte que sofrem praticamente todos os animais sencientes gerados pelos animais que se reproduzem tendo uma grande quantidade de descendentes. E, por outra, esta estratégia reprodutiva é seguida pela imensa maioria dos animais que existem no planeta.

O panorama que assim resulta é desolador. O bem-estar que pode existir na natureza empalidece diante da exorbitante quantidade de desvalor, em termos de sofrimento e morte prematura que esta contém, como consequência das razões indicadas até aqui.¹⁰

Poderíamos, claro, matizar até certo ponto a magnitude de tal desvalor, indicando que nem todos os animais que vêm ao mundo e morrem sem chegar a desenvolver-se padecem de um terrível desvalor. E que, sem dúvida, muitos destes animais não são seres conscientes ao morrer, de modo que não experimentam nenhum sofrimento (nem, poder-se-ia argumentar, nenhuma perda ao morrer). E muitos outros, sendo conscientes, é muito provável que o sejam somente em um grau mínimo, de forma que o padecimento que sofram seja realmente mínimo (ao menos em comparação com o que outros animais poderiam sofrer). Por outra parte, também há animais que têm mortes indolores. E, além disso, haveria de se contar que muitos outros animais, apesar de sofrerem esta sorte, vivem o suficiente para

poder desfrutar de algumas experiências prazerosas. Tudo isso leva a concluir que nem todos os animais que nascem e que não chegam a se desenvolver padeçam de sofrimentos atrozes.

Isso limita os efeitos negativos que, ao contrário, poderiam ter lugar como consequência das estratégias reprodutivas majoritárias. No entanto, não os elimina totalmente. De fato, não os elimina mais do que em uma certa medida. Ainda que existam animais que morrem sem chegarem a ser conscientes, é inegável que muitos outros chegam a sê-lo, e sofrem enormemente por isso. Também, inclusive ainda que existam casos nos quais esse sofrimento não chega a adquirir uma dimensão notável, haverão muitos outros nos quais sim, estamos diante de mortes muito dolorosas, padecidas por seres com sistemas nervosos suficientemente desenvolvidos para sofrê-las plenamente. E não somente isso: o sofrimento dos seres que unicamente têm experiências em um grau limitado também deve ser considerado. Um sofrimento, ainda que não seja muito notável, é um sofrimento, e por isso tem que contar *algo*. E, assim, quando tal sofrimento é padecido por uma cifra astronômica de indivíduos, como é o caso na natureza, o seu montante total passa a ser tremendamente elevado. Tudo isso sem comentar em mais detalhes que, ao menos a partir de uma perspectiva de viés igualitarista, que uma vida só contenha desvalor será enormemente negativo, inclusive ainda que esse desvalor seja reduzido. E, finalmente, o fato é que ainda que existam seres que possam ter certos desfrutes em suas vidas antes de morrer, também há outros que morrem sem haver podido experimentar nenhum desfrute significativo. E há animais que, ainda que tendo desfrutes de importância, não os têm em grau suficiente para que isso supere em magnitude ao sofrimento que lhes pode ocasionar sua agonia.

Em definitivo, a esmagadora prevalência na natureza da estratégia reprodutiva que faz com que a maioria dos animais morra muito rápido constitui uma razão fundamental, talvez a razão fundamental, pela qual há que se concluir que o sofrimento excede em muito ao bem-estar presente na natureza. Isso não

animais não constituiria realmente um desvalor que devesse nos preocupar. Essa ideia vai conforme a posição mantida de forma mais geral em relação aos animais não-humanos, segundo a qual estes não seriam merecedores de plena consideração moral (algo que estaria reservado aos seres humanos).

Esse ponto de vista é defendido comumente¹¹ indicando que os seres humanos possuem certas capacidades de tipo cognitivo, linguístico, etc.,¹² ou bem que somente eles mantêm certas relações de solidariedade, poder, etc.¹³ No entanto, para que tais argumentos tenham êxito, têm de cumprir um requisito indispensável. Devem apelar a um critério que seja satisfeito por todos os seres humanos e somente por eles. Contudo, os critérios mencionados (a posse de certas capacidades ou o manter de certas relações) não cumprem tal requisito. Todos aqueles seres humanos com diversidade funcional intelectual, assim como todas as crianças de certa idade, têm faculdades de tipo intelectual e linguístico certamente inferiores às possuídas por um grande número de animais não humanos. E também existem muitos seres humanos para com os quais ninguém mantêm relações de solidariedade, ou que não se encontram em uma situação de poder. Se assumimos a relevância moral de tais critérios, aceitaremos que todos esses seres humanos sejam excluídos de nosso âmbito de consideração moral, ou, ao menos, que seus interesses sejam menos considerados do que os de quem possui tais capacidades.

De igual modo, o fato é que existem muitos seres humanos que não sentem solidariedade ou simpatia pelos demais humanos, e muitos que se veem, por sua vez, privados de toda simpatia e solidariedade. Além disso, existem numerosos seres humanos que se encontram em uma situação de debilidade ante os abusos e agressões que outros seres humanos mais poderosos podem infligir-lhes. Se consideramos que, apesar disso, tais seres humanos devem ser respeitados, e que seus interesses devem ser tidos em conta de maneira equitativa, não podemos aceitar o argumento que indica que para ser moralmente consi-

quer dizer que seja a única, com certeza, nem que o bem-estar não tenha também lugar em toda uma série de situações na natureza. Não obstante, é o que determina que a balança se incline esmagadoramente para o desvalor. E isso é algo que, à luz do que foi dito no parágrafo anterior, dificilmente poderia ser de outro modo. A razão, como já vimos, é que a estratégia evolutiva tradicionalmente identificada como seleção *r* é simplesmente um resultado do desenvolvimento evolutivo de processos tendentes à maximização da transmissão do material genético às novas gerações em combinação com a escassez de recursos.

Esse fato permanece oculto para a maioria de nós devido, entre outras coisas, a que tendemos a imaginar os animais que vivem na natureza como animais já adultos. Mais ainda, em particular, tendemos a imaginar que são vertebrados, especialmente, na maioria dos casos, mamíferos ou aves, e quase sempre de grande tamanho, os quais têm de forma mais comum menos descendentes, muitas vezes só um. Isso vêm a afastar de nossos olhos a presença do desvalor nos ecossistemas. Contudo, isso é assim somente devido a que os animais nos quais tendemos a pensar não são, em absoluto, representativos daqueles que majoritariamente vêm ao mundo. Como vimos, a imensa maioria deles são crias jovens que morrem pouco depois de começar a existir.

5. A desconsideração dos animais não-humanos

Na apresentação do argumento realizada até aqui tenho assumido que o problema do mal na natureza vêm a consistir na prevalência do sofrimento e da morte prematura sobre o bem-estar na natureza. No entanto, muita gente poderia considerar que tudo isso resulta irrelevante, na medida em que se considere que unicamente temos de nos preocupar com os danos que sofrem os seres humanos, e não com o que se sucede com os demais animais. Conforme a isso, o sofrimento e a morte dos

derável é necessário manter as citadas relações de solidariedade, simpatia ou poder, ou outras semelhantes. Tudo isso mostra que tais critérios não servem para distinguir entre seres humanos e demais animais.

Por outra parte, podemos também considerar que devemos rejeitar tais critérios se entendemos que na hora de ter em conta a alguém em nossas decisões morais o relevante deve ser a possibilidade de ser afetado por elas. Conforme a essa ideia, todos aqueles seres que podem ser beneficiados ou prejudicados por nossas ações têm de ser levados em conta. E esse é o caso dos animais não humanos, dado que podem sentir e desfrutar. Isso implicará que não poderemos estabelecer uma distinção entre a consideração que damos aos interesses dos animais não humanos e dos seres humanos.¹⁴

Se isso é assim, tais critérios não podem ser empunhados por mais tempo para defender que os animais de espécies distintas da nossa possam ser considerados e tratados de forma desfavorável.

Tendo em conta isso, podemos concluir que a atitude atual de desconsideração frente aos animais carece de justificação. É uma forma de discriminação, que tem sido referida com o nome de especismo.¹⁵ Ao rejeitar a ideia de que os danos que padecem os animais não humanos na natureza sejam algo que deva ser tido em conta, estaríamos assumindo tal classe de discriminação.

Pelo mesmo motivo, a ideia de que o agrado ou satisfação emocional que nos causa a contemplação da natureza se sobrepõe a qualquer desvalor que os animais possam sofrer nela só poderia ser aceita se nosso interesse em tal classe de benefício fosse maior que o interesse dos animais em não padecer a classe de danos que sofrem na natureza. Isso, no entanto, resulta completamente implausível, uma vez que vimos a grande magnitude do dano que os animais efetivamente sofrem.

Há que se concluir, pois, que o sofrimento e a morte prematura dos animais na natureza resulta em algo moralmente impor-

tante, e que nossa avaliação a cerca do desvalor da natureza há de continuar sendo aquela apontada nos parágrafos anteriores.

6. O dano da morte

Poder-se-ia considerar que o fato de que os animais agonizem na natureza unicamente os dana na medida em que lhes ocasiona sofrimento, mas não na medida em que lhes causa morte. Em ocasiões se defende essa ideia afirmando que, para que a morte seja um dano, temos de ser capazes de sermos conscientes de nossa própria vida, o que implica sermos conscientes de nós mesmos e de nossa passagem através do tempo.¹⁶ No entanto, veremos na continuação que existem razões de peso para rejeitar que isso seja assim.

Existe um argumento segundo o qual a morte não pode nos danar. O motivo seria que esta não nos afetaria antes de morrer, contudo tampouco depois de morrer, devido a que a morte não se experimenta.¹⁷ A resposta padrão a esse argumento passa por afirmar que a morte não constitui um dano intrínseco, e sim extrínseco. Seria um dano por privação. Assim, morrer em um determinado momento t nos danaria devido a que nos priva das experiências positivas que teríamos depois de tal momento t se não tivéssemos morrido então. A morte constitui um dano para nós porque nos priva das coisas positivas que nos poderiam suceder no futuro.¹⁸

No entanto, sucede que todo ser com a capacidade de ter experiências positivas é suscetível de ter futuros desfrutes em sua vida, que resultem positivos para ele ou ela. Sendo isso assim, todo ser com tal capacidade tem a possibilidade de ser privado de tais desfrutes. Isso implica que os animais sencientes, por possuírem essa capacidade, são efetivamente danados pela morte. Se isso é correto, tem de se concluir que o fato de que os animais morram prematuramente constitui um desvalor. Assim, os animais não só são prejudicados por sofrer na natureza, e

sim também por morrer de forma prematura. De maneira que o balanço total desvaloroso na natureza provocado pela ampla prevalência do sofrimento sobre o bem-estar se vê ademais incrementado por tais mortes prematuras.

7. Existe um valor nos processos naturais que eclipsa o desvalor natural?

Em parágrafos anteriores vimos que toda concepção que valorize o bem-estar e o sofrimento dos seres sencientes terá que afirmar que na natureza o desvalor é a norma. No entanto, existem teorias de valor segundo as quais não são os indivíduos, e sim outro tipo de entidades, as que podem ser receptoras de valor. Segundo estas, o valioso seria, por exemplo, a soma dos distintos seres sencientes e outros seres vivos (isto é, a biocenose), ou bem a interação entre todos estes e entre eles e seu meio físico (isto é, os ecossistemas).

Para essas posições, cujo caráter seria holista, os interesses individuais dos seres sencientes não contam, ou quando muito o farão instrumentalmente por sua utilidade para a obtenção de outros fins. Conforme a isso, o sacrifício massivo destes seres será visto como algo que em si não tem por que ser negativo, e que pode ser positivo se garantir a conservação dos ecossistemas.

De fato, o que ocorre em realidade é que toda a imensa quantidade de sofrimento e morte prematura que vimos que se sucede na natureza não é algo que ocorra de alguma forma adjacente à existência dos ecossistemas. Pelo contrário, é algo completamente intrínseco ao seu funcionamento. Os ecossistemas se constituem por toda uma série de processos, muitos dos quais consistem de fato em que os animais se agridam uns aos outros, se reproduzam massivamente, sejam parasitados, ou morram de inanição de forma massiva. Não é que em todo o mundo natural, além dos processos naturais nos quais consistem ou que dão lugar aos ecossistemas, sucedam essas coisas. É que os

ecossistemas se constituem em base a processos e interações que consistem precisamente neste tipo de coisa.

Por esses motivos, distintos partidários de posições ambientalistas¹⁹ têm defendido posições especistas, e atacado os pontos de vista que defendem a consideração moral de todos os animais sencientes.²⁰ Defendem, por exemplo, que estes podem, ou mais ainda, devem ser sacrificados em massa quando o bem dos ecossistemas ou das entidades presentes neles o exija. No entanto, rejeitam que se atue do mesmo modo no caso dos seres humanos, ainda quando, nos dias de hoje, todo mundo sabe perfeitamente que os seres humanos têm um impacto imenso nos processos naturais. Se realmente seguissemos uma posição holista teríamos que promover não somente restrições radicais à atividade humana, e sim inclusive a matança massiva de seres humanos. Isso pode nos ajudar a constatar por que tais posições resultam muito dificilmente aceitáveis. E também por que os teóricos que dizem segui-las contudo restringindo suas consequências para os seres humanos assumem uma abordagem inconsistente e especista.

Sendo assim, temos razões de peso para seguir assumindo o indicado nos parágrafos anteriores. O holismo necessariamente assume que o sofrimento e morte dos animais é algo que não somente tem-se que aceitar, e sim que deve ser visto como algo positivo, na medida em que é uma parte do modo no qual funcionam os ecossistemas em nosso planeta. Tudo isso é incompatível com uma posição que tenha em conta os interesses dos seres sencientes, uma ideia que resulta dificilmente rejeitável (podemos considerar a esse respeito o que pensaríamos se estivéssemos diante de seres humanos que fossem a ser sacrificados com o fim indicado). Se os interesses dos indivíduos contam de forma verdadeiramente significativa, o holismo não resultará uma posição credível. A apelação a supostos valores ecossistêmicos não poderá ser, pois, um motivo para modificar as conclusões as quais temos chegado até aqui.

8. Conclusão: a questão da intervenção

Toda teoria ética plausível tem de assumir que o modo no qual temos de atuar tem de guiar-se, ou bem em uma medida mais o menos notável (como as posições deontológicas) ou bem por completo (como as teleológicas), pela meta de conseguir um mundo melhor possível. Sendo isso assim, parece que o que temos comprovado ao longo desse artigo tem que ser de enorme relevância na hora de estabelecer o modo no qual temos de atuar.

Vimos que o problema do mal na natureza é de uma relevância muito maior do que poderia parecer à primeira vista. A quantidade de sofrimento presente nela é imensa, e os argumentos relativos à consideração moral dos animais levam a enxergar isso como algo que não pode ser visto como moralmente irrelevante. Tudo isso vem a apoiar a ideia de que naqueles casos nos quais é possível reduzirmos o desvalor padecido pelos animais não humanos (isto é, reduzi-lo em conjunto, não de uma forma pontual que tenha como um efeito secundário seu aumento em algum outro sentido), devemos fazê-lo.²¹

Tenho enfatizado ao longo deste artigo o fato de que a maioria das pessoas assume que a natureza é um lugar valioso para os animais não humanos. Por esse motivo, essa conclusão pode parecer contraintuitiva. Além disso, podemos pensar em outras razões para rejeitá-la, como nossa ausência de informação sobre o modo no qual nossa intervenção pode afetar aos processos naturais, os danos que uma alteração destes poderiam supor para os animais ou, a ideia de que temos o dever de não intervir na natureza devido a que esta é sacrossanta.

Algumas dessas razões já vimos que são inválidas ao longo deste artigo. É falso que os animais se vejam beneficiados pelo funcionamento dos ecossistemas; de fato, sucede o inverso: são danados por ele, são suas vítimas. E também não existem motivos sólidos para considerar que a natureza é sacrossanta, ao me-

nos para quem sustenta que os entes moralmente consideráveis são os seres sencientes, não os ecossistemas ou a biocenose.

Uma objeção que, contudo, sim, é necessário ter em conta, é a que aponta que sem a informação adequada a intervenção pode ser contraproducentes (não porque o seja para os processos naturais, que em si mesmos não são moralmente consideráveis, e sim porque indiretamente podem aumentar, em vez de reduzir, os danos que padecem os animais na natureza). No entanto, o que se segue disso não é que não hajam razões para se intervir na natureza com vistas à reduzir os enormes danos que padecem os animais. Pelo contrário, o que supõe é que é necessário investigar com maior atenção de que maneiras pode-se levar a cabo tal intervenção. E não somente isso: um projeto de intervenção como esse não somente precisa, para poder ter êxito, estar informado. Existe algo que é ainda mais importante: resulta necessário que haja uma vontade de levá-lo adiante. Contudo, como apontei ao longo deste artigo, nossas intuições (desinformadas) a respeito vão, em princípio, em uma linha oposta. Assim, para que se estenda a vontade de levar esse projeto a cabo, existe uma série de tarefas que é muito importante levar a cabo. Estas consistem em: (i) divulgar os argumentos pelos quais é preciso rejeitar o especismo; (ii) dar a conhecer a realidade do enorme desvalor presente na natureza para os animais, e (iii) difundir a ideia de que a intervenção na natureza para ajudar aos animais não humanos se encontra plenamente justificada, ainda quando à primeira vista possa resultar contraintuitiva.

8. Notas de referencia

- ¹ Este artigo foi traduzido por Luciano Carlos Cunha, doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Esse artigo é uma versão com algumas revisões de um trabalho publicado originalmente em espanhol COMO “La cuestión del mal natural: bases evolutivas de la prevalencia del desvalor”, *Ágora: Papeles de Filosofía*, 30, 2011, pp. 57-75. O trabalho foi realizado inicialmente dentro do projeto de investigação MICINN FFI2008-06414-C03-01/FISO e posteriormente do MINECO

FFI2012-31209. Uma outra versão com revisões mais aprofundadas está disponível em inglês em “The Problem of Evil in Nature: Evolutionary Basis of the Prevalence of Disvalue”, *Relations: Beyond Anthropocentrism*, 3, 2015, pp. 17-32.

- ² “What a book a devil’s chaplain might write on the clumsy, wasteful, blundering, low, and horribly cruel works of nature!”. Assim começa uma carta de Charles Darwin a Joseph D. Hooker, datada de 13 de julho de 1856, como reflexo de seu espanto ante o desvalor encarnado nos processos naturais. Ver DARWIN, Charles; DARWIN, Francis (eds.). *More Letters of Charles Darwin: A Record of His Work in a Series of Hitherto Unpublished Letters*. V. 1. Whitefish: 2005 [1908], p. 94.
- ³ “I cannot persuade myself that a beneficent and omnipotent God would have designedly created the Ichneumonidae with the express intention of their feeding within the living bodies of Caterpillars”. DARWIN, Charles; DARWIN, Francis (eds.). *The Life and Letters of Charles Darwin*. V. 2. Whitefish: Kessinger Publishing, 2004 [1901], p. 105. Ver também sobre isso MILL, John Stuart, *Nature*. In: _____, *Collected Works*. V. X. London: Routledge and Kegan Paul, 1969 [1874], pp. 373-402; GOULD, Stephen J., Nonmoral Nature. In: _____, *Hen’s Teeth and Horse’s Toes: Further Reflections in Natural History*. New York: W. W. Norton, 1994, pp. 32-44.
- ⁴ Para uma apresentação dessas posições, ver HOLTUG, Nils; LIPPERT-RASMUSSEN, Kasper. An Introduction to Contemporary Egalitarianism. In: _____ (eds.). *Egalitarianism: New Essays on the Nature and Value of Equality*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 1-37. Ver também TEMKIN, Larry. *Inequality*. Oxford: Oxford University Press, 1993. Para um exame da questão da consideração moral dos animais do ponto de vista respectivo ao suficiencialismo, prioritarismo e igualitarismo, ver CRISP, Roger. Equality, Priority, and Compassion. *Ethics*, 113 (4), 2003, pp. 745-763; HOLTUG, Nils. Equality for Animals. In: RYBERG, Jesper; PETERSEN, Thomas S.; WOLF, Clark (eds.). *New Waves in Applied Ethics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, pp. 1-24; HORTA, Oscar. Igualitarismo, igualación a la baja, antropocentrismo y valor de la vida. *Revista de Filosofía*, 35 (1), 2010, pp. 133-152.
- ⁵ MAYERFELD, Jamie. *Suffering and Moral Responsibility*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- ⁶ “Si queréis en un abrir y cerrar de ojos... saber si el placer puede más que la pena, o solamente si son iguales, comparad la impresión del ani-

mal que devora a otro con la impresión del que es devorado". SCHOPENHAUER, Arthur. *Parerga y Paralipomena*. Málaga: Ágora, 1997, II, §149.

- ⁷ Observe-se que inclusive ainda que os recursos disponíveis na natureza sejam reduzidos, haveria uma forma na qual o sofrimento e as mortes prematuras dadas na natureza se poderiam manter abaixo de níveis relativamente baixos. Isso se sucederia se os organismos animais não operassem de modo tal que tendessem a maximizar a transmissão de seu material genético. Não obstante, isso não é o que se sucede, pois tais organismos não tenderiam a persistir frente a outros.
- ⁸ O nome desses tipos de estratégias reprodutivas tem origem no seguinte. Em dinâmica de populações, a equação diferencial básica utilizada para dar conta da variação que se dá em uma determinada população é a seguinte: $dN/dt = rN(1-N/K)$. Esta indica que a variação que experimenta uma população de animais cujo número inicial é N ao longo de um certo tempo t depende de duas variáveis: r , que representa a taxa reprodutiva dessa população de animais (isto é, o número de indivíduos que nascem nesta), e K , que representa a capacidade de carga do ecossistema no qual se encontra essa população de animais (isto é, em último termo, a probabilidade de que cada novo indivíduo dessa população possa sobreviver). Os animais que seguem a seleção r maximizam o valor da variável r ; os que seguem a seleção K , maximizam o valor de K . Ver sobre isso MACARTHUR, Robert H.; WILSON, Edward O.. *The Theory of Island Biogeography*. Princeton: Princeton University Press, 1967; PIANKA, Eric R.. On r - and K - Selection. *American Naturalist*, 104 (940), 1970, pp. 592-597. A partir da atual teoria da história vital se tem criticado a teoria da seleção r/K por várias razões diferentes da simples afirmação de que há animais que se reproduzem maximizando o número de filhotes que têm e outros que se reproduzem maximizando a sobrevivência dos seus filhotes. Ver STEARNS, Stephen C. *The Evolution of Life Histories*. Oxford: Oxford University Press, 1992. A argumentação apresentada aqui baseia-se somente nessa premissa básica sem assumir tudo o restante da teoria da seleção r/K .
- ⁹ O vertebrado que mais ovos põe, o peixe lua, pode chegar a ter postas de até 300 milhões de ovos de cada vez (ver AAVV. Life History. *The Ocean Sunfish*, 2010. Disponível em: <<http://www.oceansunfish.org/lifehistory.php>>, acesso em: 9 Jul, 2015). Outros animais põem vários milhões de ovos, algumas dezenas ou centenas de milhares, ou simplesmente al-

gumas dezenas, centenas ou milhares. Em todos os casos, de qualquer maneira, o número de descendentes supera amplamente o de progenitores.

- ¹⁰ Ver sobre isso a análise realizada em NG, Yew-Kwang. *Towards Welfare Biology: Evolutionary Economics of Animal Consciousness and Suffering*. *Biology and Philosophy*, 10 (3), 1995, pp 255-85 e em TOMASIK, Brian. *The Importance of Wild-Animal Suffering*. *Relations: Beyond Beyond Anthropocentrism*, 3, 2015 (próxima publicação). Essa ideia é apontada também em SAGOFF, Mark. *Animal Liberation and Environmental Ethics: Bad Marriage, Quick Divorce*. In: ZIMMERMAN, Michael E.; CALLICOTT, John Baird; SESSIONS, George; WARREN, Karen J.; CLARK, John (eds.). *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1993, pp. 84-94.
- ¹¹ Existem outros casos nos quais se defende uma posição antropocêntrica meramente definicional, ou apelando a critérios não suscetíveis de comprovação, como, por exemplo, razões de tipo religioso, que já pressupõem a prioridade dos seres humanos. Essas posições incorreriam em uma petição de princípio. Ver por exemplo DIAMOND, Cora. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. Cambridge: MIT Press, 1995; GAITA, Raymond. *The Philosopher's Dog: Friendships with Animals*. London: Routledge, 2003; POSNER, Richard A.. *Animal Rights: Legal, Philosophical and Pragmatical Perspectives*. In: SUNSTEIN, Cass R.; NUSSBAUM, Martha C. (eds.) *Animal Rights: Current Debates and New Directions*. Oxford: Oxford University Press, 2004, pp. 51-77; REICHMANN, James B.. *Evolution, Animal 'Rights' and the Environment*. Washington: The Catholic University of America Press, 2000.
- ¹² Ver por exemplo PATON, William. *Man and Mouse*. Oxford: Oxford University Press, 1984; FERRY, Luc. *Le nouvel ordre écologique: l'arbre, l'animal et l'homme*. Paris: Grasset, 1992; SCRUTON, Roger. *Animal Rights and Wrongs*. London: Metro, 1996.
- ¹³ WHEWELL, William. *Lectures on the History of Moral Philosophy in England*. London: John Parker, 1852, p. 223; BECKER, Lawrence. *The Priority of Human Interests*. In: MILLER, Harlan; WILLIAMS, William (eds.). *Ethics and Animals*. Clifton: Humana Press, 1983, pp. 225-242; GOLDMAN, Michael. *A Transcendental Defense of Speciesism*. *Journal of Value Inquiry*, 35 (1), 2001, pp. 59-69.

- ¹⁴ Esse argumento foi examinado particularmente em PLUHAR, Evelyn B.. *Beyond Prejudice: The Moral Significance of Human and Nonhuman Animals*. Durham: Duke University Press, 1995; DOMBROWSKI, Daniel A.. *Babies and Beasts: The Argument from Marginal Cases*. Chicago: University of Illinois, 1997.
- ¹⁵ Para uma análise mais detalhada, ver HORTA, Oscar. What Is Specieism?. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 23 (3), 2010, pp. 243-266.
- ¹⁶ Ver CIGMAN, Ruth. Death, Misfortune and Species Inequality. *Philosophy and Public Affairs*, 10 (1), 1981, pp. 47-54; SINGER, Peter. *Ética Prática*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ¹⁷ EPICURO. Carta a Meneceo. In: _____. *Obras*. Tecnos, Madrid, 1991, pp. 57-65.
- ¹⁸ No que respeita a bibliografia sobre essa questão, ver por exemplo NAGEL, Thomas. Death. *Noûs*, 4 (1), 1970, pp. 73-80; MCMAHAN, Jeff. *The Ethics of Killing: Problems at the Margins of Life*. Oxford: Oxford University Press, 2002; BROOME, John. *Weighing Lives*. Oxford: Oxford University Press, 2004, BRADLEY, Ben. *Well-being and Death*. New York: Oxford University Press, 2009.
- ¹⁹ Ver por exemplo CALLICOTT, John Baird. In *Defense of the Land Ethic: Essays in Environmental Philosophy*. Albany: SUNY, 1989; ROLSTON III, Holmes. Disvalues in Nature. *The Monist*, 75 (2), 1992, 250-278; *Id.* Respect for Life: Counting what Singer Finds of No Account. In: Jamieson, Dale (ed.). *Singer and His Critics*. Oxford: Blackwell, 1999, pp. 247-268; SAGOFF, *op. cit.*; HETTINGER, Ned. Valuing Predation in Rolston's Environmental Ethics: Bambi Lovers Versus Tree Huggers. *Environmental Ethics*, 16 (1), 1994, pp. 3-20. Ver também FARIA, Catia. Sobre o bem de tudo e de todos: a conjunção impossível entre ambientalismo e libertação animal. *Ágora: Papeles de Filosofía*, 30 (2), 2011, pp. 27-41.
- ²⁰ Certos teóricos quiseram se opor a tais posições combinando a estima pelos processos naturais com a consideração pelo sofrimento dos animais não humanos. Ver por exemplo, JAMIESON, Dale. Animal Liberation Is an Environmental Ethic. *Environmental Values*, 7 (1), 1998, pp. 41-57; EVERETT, Jennifer. Environmental Ethics, Animal Welfarism, and the Problem of Predation: A Bambi Lover's Respect for Nature. *Ethics and the Environment*, 6 (1), 2001, pp. 42-67; RATERMAN, Ty. An

Environmentalists' Lament on Predation. *Environmental Ethics*, 30 (4), 2008, pp. 417-434. No entanto, ao fazê-lo, ou não parecem ser conscientes do balanço entre valor e desvalor na natureza, ou assumem uma concepção de valor implausível de um ponto de vista anti-especista, que considera que existe um valor holístico na natureza que constitui um trunfo sobre qualquer desvalor para os indivíduos de espécies diferentes da nossa, ou que o sofrimento e morte dos animais só lhes ocasiona um desvalor quando é ocasionado por seres humanos.

- ²¹ Para uma defesa dessa ideia, ver SAPONTZIS, Steve F. Predation. *Ethics and Animals*, 5 (2), 1984, pp. 27-38; BONNARDEL, Yves. Contre l'apartheid des espèces: À propos de la prédation et de l'opposition entre écologie et libération animale. *Les Cahiers Antispécistes*, 14, 1996, disponível em: <http://www.cahiers-antispécistes.org/article.php3?id_article=103>, acesso em: 9 Jul, 2015; COWEN, Tyler. Policing Nature. *Environmental Ethics*, 25 (2), 2003, pp. 169-182; FINK, Charles K. The Predation Argument. *Between the Species*, 13 (5), 2005, disponível em: <<http://digitalcommons.calpoly.edu/bts/vol13/iss5/3/>>, acesso em 9 jul, 2015; NUSSBAUM, Martha C. *Las fronteras de la justicia*. Barcelona: Paidós, 2006; HORTA, Oscar. The Ethics of the Ecology of Fear against the Nonspeciesist Paradigm: A Shift in the Aims of Intervention in Nature. *Between the Species*, 13 (10), 2010, disponível em: <<http://digitalcommons.calpoly.edu/bts/vol13/iss10/10/>>, acesso em 9 jul 2015; McMAHAN, Jeff. The Meat Eaters. *The New York Times*, 19 de setembro de 2010, disponível em: <<http://opinionator.blogs.nytimes.com/2010/09/19/the-meat-eaters/>>, acesso em 9 jul, 2015; *Id.* A Response. *The New York Times*, 19 de setembro de 2010, disponível em: <<http://opinionator.blogs.nytimes.com/2010/09/28/predators-a-response/>>, acesso em: 9 jul, 2015; CUNHA, Luciano C. "O princípio da beneficência e os animais não-humanos: uma discussão sobre o problema da predação e outros danos naturais. *Ágora: Papeles de Filosofia*, 30 (2), 2011, 99-131.